

<https://doi.org/10.20396/rbest.v3i00.15066>

ARTIGO

Neoliberalismo, educação e capital humano: Pilar da desconstrução da ordem democrática

*Larissa Maciel Leite**

*Lício da Costa Raimundo***

Resumo

O artigo busca inicialmente entender os contornos e contextos que condicionaram a construção do sujeito neoliberal nas sociedades capitalistas contemporâneas, o qual é constantemente moldado pela razão neoliberal a fim de atender as expectativas do mercado e garantir que as engrenagens desse sistema continuem em funcionamento. Após esclarecer a constituição desse neossujeito, o artigo também busca entender o papel da educação nesse processo de manutenção do *status quo* a partir de sua subordinação à lógica empresarial de acumulação e reprodução do capital. A argumentação se completa com considerações sobre a seguinte pergunta: A lógica neoliberal que rege o capitalismo contemporâneo é uma ameaça à democracia?

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação; Capital humano; Democracia.

JEL: D72, I28, J24, P19, Z18.

* Faculdades de Campinas (FACAMP), Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5575-2590>
E-mail: lari.maciel@hotmail.com

** Faculdades de Campinas (FACAMP), Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8888-1321>
E-mail: liciocr@gmail.com



Neoliberalism, education and human capital: Pillar of the deconstruction of the democratic order

Abstract

The article initially seeks to understand the contours and contexts that conditioned the construction of the neoliberal subject in contemporary capitalist societies, which is constantly shaped by neoliberal reasoning in order to meet market expectations and ensure that the gears of this system continue to operate. After clarifying the constitution of this neo-subject, the article also seeks to understand the role of education in this process of maintaining the *status quo* through its subordination to the business logic of accumulation and reproduction of capital. The discussion is completed with considerations on the following question: Is the neoliberal logic that rules contemporary capitalism a threat to democracy?

Keywords: Neoliberalism; Education; Human capital; Democracy.

Neoliberalismo, educación y capital humano: Pilar de la deconstrucción del orden democrático

Resumen

El artículo busca inicialmente comprender los contornos y contextos que condicionan la construcción del sujeto neoliberal en las sociedades capitalistas contemporáneas, que es constantemente moldeado por la razón neoliberal para satisfacer las expectativas del mercado y asegurar que los engranajes de este sistema sigan funcionando. Después de aclarar la constitución de este neosujeto, el artículo también busca comprender el papel de la educación en este proceso de mantenimiento del *status quo* a partir de su subordinación a la lógica empresarial de acumulación y reproducción del capital. El razonamiento se completa con consideraciones sobre la siguiente pregunta: ¿Es la lógica neoliberal que rige el capitalismo contemporáneo una amenaza para la democracia?

Palabras clave: Neoliberalismo; Educación; Capital humano; Democracia.

Néolibéralisme, éducation et capital humain: Pilier de la déconstruction de l'ordre démocratique

Résumé

L'article cherche d'abord à comprendre les contours et les contextes qui ont conditionné la construction du sujet néolibéral dans les sociétés capitalistes contemporaines, lequel est constamment façonné par la raison néolibérale afin de répondre aux attentes du marché et d'assurer que les rouages de ce système continuent de fonctionner. Après avoir clarifié la constitution de ce néo-sujet, l'article cherche également à comprendre le rôle de l'éducation dans ce processus de maintien du *status quo* à partir de sa subordination à la logique commerciale d'accumulation et de reproduction du capital. L'argumentation est complétée par des considérations sur la question suivante: La logique néolibérale qui régit le capitalisme contemporain est-elle une menace pour la démocratie?

Mots clés: Néolibéralisme; Éducation; Capital humain; Démocratie.

Introdução: neoliberalismo e a lógica social

Desde a assinatura do Consenso de Washington, a lógica de organização social do Ocidente se transformou: com a máscara da globalização e do progresso, as ideias neoliberais se espalharam numa velocidade impressionante. Liderado pelo então presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan e pela então Primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, o processo de construção da nova ordem liberal foi implementado depois do choque de juros e da segunda crise do petróleo, ambos em 1979. Desse modo, o novo conceito de organização da sociedade a partir das premissas concebidas ao final dos anos 1970 é apresentado por seus defensores como uma resposta às crises econômicas que sucederam o período em que reinou o Estado de Bem-Estar Social. Em suma, o *New Deal* começou a ser desmontado quando Wall Street assumiu as finanças de Washington; e o papel do Estado enquanto mantenedor e regulador último da economia foi abandonado; chegara a vez das privatizações, dos ajustes econômicos e da prioridade no combate à inflação (Soldera, 2016, pp. 91-92, 95).

No entanto, esse momento de liberação das amarras de Bretton Woods que prendiam o livre mercado e impediam a “valsa dos preços” como o mecanismo regulatório da economia, foi apenas uma parte inicial do que o neoliberalismo se tornaria. Esse processo de difusão neoliberal que ficou conhecido como “globalização” é muito mais complexo e profundo na sociedade do que a simples financeirização e desregulamentação econômica ou uma crença incondicional no livre mercado. Ao contrário, o neoliberalismo não foi uma resposta às crises que se apresentavam, mas sim a implantação de uma concepção no âmbito das ideias e valores diferente daquela vigente nos países ocidentais desde, pelo menos, o final da Segunda Grande Guerra (Brown, 2015, p. 20). Sendo assim, os ideais neoliberais deixam de ser somente mais um estágio do capitalismo e passam a destruir aos poucos as regras, instituições e direitos que haviam sido estruturados até então, assim como passam a produzir “certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas *subjetividades*. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência” (Dardot & Laval, 2016, p. 16, grifo nosso).

Desse modo, entendendo que o sistema apresenta-se também de forma subjetiva, corroendo gradativamente as instituições sociais como foram construídas, nota-se que ele excede a esfera mercantil e se faz presente no cotidiano: o capital passa a criar raízes profundas e se torna cada vez mais uma *norma geral de vida*, conduzindo as relações sociais o a forma das instituições e disseminando a *lógica da concorrência* como o óleo necessário para fazer funcionar as engrenagens sociais (Dardot & Laval, 2016, pp. 16-17, 30). Com isso, o Estado perde, paulatinamente, a função que cumpria até o início do período de avanços inegáveis do neoliberalismo, pois essa racionalidade da ordem neoliberal enxerga o Estado

como um agente a serviço do Mercado, ou seja, como aquele que deve apenas garantir que as regras do jogo financeiro funcionem de forma ininterrupta. Portanto, o neoliberalismo não prega uma retirada total da figura do Estado, ao contrário, são atribuídos a estes novos papéis com um caráter disciplinar muito mais presente: atribui-lhe a “função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio officioso com grandes oligopólios e, talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar soluções de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado” (Dardot & Laval, 2016, p. 191). Em suma, construiu-se um *movimento* contra as instituições tal como se desenhavam até aquele momento.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que o Estado não pode mais ser um planejador/articulador de estratégias de desenvolvimento nacionais, é preciso que ele assuma as lógicas do mercado e garanta um futuro o mais previsível possível, pois o bom funcionamento do Mercado depende disso (Brown, 2015, p. 49). Ao mesmo tempo, a legitimidade estatal é garantida pela prosperidade do mercado; ou seja, a fonte do poder, que fundamenta o bem-estar social, emana do mercado: a consequência disso é o *Mercado como regulador do Estado*. Desse modo, o Estado tem como papel precípua ser a figura necessária para construir um ambiente favorável para o cálculo racional dos indivíduos. Ou seja, o Estado “orienta um indivíduo mediante uma ação deliberada, modificando o meio no qual e a partir do qual o indivíduo estabelece seus cálculos” (Laval, 2020, p. 60). Dessa forma, na lógica do neoliberalismo, a legitimação do Estado depende do Mercado, pois é este que fornece as regras de funcionamento daquele. Portanto, a legitimidade estatal torna-se vinculada acima de tudo à prosperidade econômica, assim, o bom funcionamento do Mercado constitui-se como condição *sine qua non* para a própria sobrevivência do Estado neoliberal – “o mercado como objetivo, princípio e forma do Estado” (Laval, 2020, p. 63).

Essa presença subjetiva da racionalidade neoliberal avançou rapidamente ao longo das primeiras décadas do século XXI e, inevitavelmente, passou a *moldar o comportamento individual*. Tendo em mente que a base teórica do neoliberalismo está na escola austríaca de Friederich Hayek e Ludwig Von Mises, então é possível concluir que a liberdade individual só será completa para o sistema desde que não haja coerção de uma autoridade que emite ordens. Ou seja, “na economia de mercado, o indivíduo é livre para agir dentro da órbita da propriedade privada e do mercado” (Von Mises, p. 762, como citado em Dardot & Laval, 2016, p. 138), e “a partir da conciliação de diferentes objetivos e pensamentos, os fragmentos e transmissão de informações entre os agentes no mercado permitirá que a *ordem espontânea* se forme na sociedade neoliberal” (Hayek, p. 251, como citado em Dardot & Laval, 2016, pp. 162-163, grifo nosso).

Frente a tal quadro, este artigo tem por objetivo contemplar como a lógica neoliberal foi recebida sem grandes contestações e assumiu o papel de *condutor da*

normalidade no cotidiano social. Para entender as implicações da difusão dos princípios do “concorrencialismo” como norma geral de vida, o artigo vai analisar como essa razão neoliberal transformou a educação dos indivíduos na sociedade ocidental, substituindo a formação consciente como cidadão por uma preparação focada na gestão do capital humano. Ao final, a argumentação conduz à seguinte reflexão: A lógica neoliberal que rege o capitalismo contemporâneo é uma ameaça à democracia?

1. Racionalidade neoliberal: concorrência e capital humano

Como as leis de mercado são as regras que permeiam a sociedade neoliberal e conduzem as relações sociais, então todos os princípios e premissas que fundamentam e mantêm o funcionamento das lógicas mercantis também devem ser aplicados como regras que conduzem as relações entre os indivíduos. Ou seja, toda a relação social é baseada no concorrencialismo dinâmico de Hayek e Von Mises, o qual dá ênfase à ideia de *rivalidade*. Desse modo, o outro é visto como um competidor, o que revela que o objetivo desse ambiente de concorrência é fazer com que os agentes individuais tenham o mesmo comportamento que é esperado de qualquer agente em um ambiente mercantil e financeiro: valorização do capital maior do que a dos demais competidores. E, nesse sentido, qualquer princípio de pensamento coletivo é reprimido por essa lógica espontânea e a desigualdade é inevitável. A presença de diferenças é, assim, elemento necessário para um cenário de concorrência neoliberal (Dardot & Laval, 2016, p. 123, 135, 378).

Sendo assim, para haver a valorização do seu próprio capital e conseguir avançar e vencer a competição, é preciso que haja uma formação de um sujeito autoeducador e autodisciplinador. Em geral, é exigido do agente que ele obtenha as mesmas características que são associados às empresas, ou seja, o indivíduo que até então era assistido pelo Estado de Bem-Estar Social passa a ser cobrado para que seja flexível, autocontrolado e consequente sobre suas atitudes e decisões perante os demais. Uma vez que esse agente é racional e maximizador o tempo todo, ele deve assumir os riscos das decisões tomadas. Os próprios mecanismos de mercado são capazes de garantir esse efeito disciplinador sobre o sujeito, e assim são redefinidos os mecanismos de controle social e de autocontrole:

A arte neoliberal supõe um sujeito governável e uma liberdade de ação livre desse indivíduo. A chave da racionalidade neoliberal é o governo dos homens por intermédio de uma regulação concorrencial da sociedade, cuja condição histórica é a governabilidade do *Homo economicus* ou, para ser mais preciso, tornar governável o *Homo economicus*, transformando-o em homem neoliberal (Dardot & Laval, 2016, p. 226).

Essa *governamentalidade*, originalmente pensada por Foucault (Hamann, 2009), vai além do conjunto de ações do Estado, pois “ela [também] compreende o governo de si [...]. O efeito desse dispositivo foi, e ainda é, a produção do sujeito neoliberal, ou neossujeito” (Dardot & Laval, 2016, p. 395). Portanto, todo o conjunto de discursos, práticas e demais recursos que visam à disseminação generalizada da concorrência formam essa razão neoliberal que conduz as relações sociais e constroem a subjetividade a partir da lógica da concorrência. Em outras palavras, a racionalidade aqui contemplada não se construiu com base dos moldes e estruturas do pensamento contratualista de outrora, mas sim como uma disciplina social defendida por Michel Foucault, a qual se apresenta como condutor determinante dos indivíduos nessa sociedade. Desse modo, o poder está nas práticas e nas disciplinas autoimpostas, através das quais os indivíduos são capazes de se autogovernar. “Governar à maneira neoliberal é agir sobre o meio de forma que o indivíduo evolua, em respeito às regras que regem esse meio e respondendo às incitações que tal meio produz na direção e no crescimento de seu capital” (Laval, 2020, p. 80).

E, dentro dessa lógica do neoliberalismo, o sujeito é conduzido pelo sistema a uma situação de autoalienação, o que é fundamental para que o capital cumpra com suas funções metabólicas de reprodução exigidas pelo capitalismo (Mészáros, 2008). Portanto, a construção do sujeito neoliberal tem por intuito a utilização do cálculo racional de maximização de seu próprio capital humano, fazendo desse neossujeito um *empreendedor de si*. Por se tornar uma empresa de si, desenvolvendo essa relação de autogoverno, calculando as variáveis-chave desse processo e assumindo os riscos que lhe são próprios, a defesa da *meritocracia* torna-se cada vez mais intensa e necessária para a manutenção das regras do jogo (Dardot & Laval, 2016, p. 146).

Impulsionado pela concorrência, esse agente econômico racional do Neoliberalismo não tem qualquer autonomia para além das regras da concorrência; sua liberdade passa a ser sufocada pela incessante necessidade de valorizar-se enquanto capital humano:

De fato, nenhum capital, a não ser um capital suicida, pode escolher livremente suas atividades e curso de vida ou ser indiferente às inovações de seus competidores ou aos parâmetros de sucesso em um mundo de escassez e desigualdade. Portanto, no imaginário político neoliberal, isso mudou de responsabilidade, nós não somos criaturas de autonomia moral, liberdade ou igualdade. Nós não mais escolhemos nossos fins ou os meios para chegar a eles (Brown, 2015, pp. 41-42, tradução nossa).¹

¹ No original: “Indeed, no capital, save a suicidal one, can freely choose its activities and life course or be indifferent to the innovations of its competitors or parameters of success in a world of scarcity and inequality. Thus, in the neoliberal political imaginary that has taken a responsabilized turn, we are no longer creatures of moral autonomy, freedom, or equality. We no longer choose our ends or the means to them.”

Portanto, aos poucos nesse processo de conversão da linguagem política para linguagem econômica, todas as esferas da sociedade passam a ser conduzidas pela lógica da economia. Nesse processo de racionalização, há também a *transformação gradativa da política enquanto inimiga da liberdade*, pois as intervenções políticas na economia representam a autoridade à qual a ordem espontânea – apresentada previamente – é contrária. Em outras palavras, a fórmula da economia neoliberal – inclusão pela via da competição e liberdade como sinônimo de mercados desregulados – conduz ao desmonte de uma razão democrática a partir da introdução profunda da racionalidade neoliberal (Brown, 2015, p. 42).

De maneira geral, o dismantelamento dos ideais de liberdade iluministas é feito quando o neoliberalismo insere os parâmetros econômicos como os parâmetros gerais de vida. Em outras palavras, a exaltação do individualismo e da concorrência é o que desenha as normativas da vida do *Homo Economicus*, ao mesmo tempo que é o que destrói o potencial da espécie humana: para pensadores como H. Arendt e K. Marx, esse potencial não se dá através da luta excruciante de existir e da acumulação de riqueza, mas sim apesar dessas imposições do capitalismo (Brown, 2015, p. 43).

Sendo assim, entender essa nova postura do indivíduo dentro do sistema a sua volta depende da compreensão desse processo de profundo enraizamento da razão neoliberal, pois é nela que reside o diferencial do neoliberalismo. Ou seja, “a originalidade está no fato de entender o neoliberalismo como racionalidade normativa, que define orientações políticas do Estado e do mercado, mas também atua na normatização da conduta pessoal” (Trevisol & Almeida, 2019, p. 205). Portanto, o sujeito neoliberal ou o neossujeito é construído a partir da transferência da lógica de mercado como a maneira ideal de condução de sua vida particular, logo, as decisões individuais devem interiorizar essas normas de controle e desempenho eficazes (Dardot & Laval, 2016, p. 226).

Em suma, assegurar que o indivíduo atendesse às exigências do mercado e fosse disciplinado segundo tais regras não poderia ser um processo espontâneo na sociedade; ao contrário, era necessário apresentar mecanismos e ferramentas que garantissem a emergência do neossujeito. Dentre as diferentes condições particulares desse cenário que serviram como catalisadores dessa construção do indivíduo neoliberal, uma das mais importantes foi o concorrencialismo como apresentado na seção anterior, ou seja, a concorrência e o entendimento de que os demais sujeitos são seus rivais garantiu um efeito disciplinador entre as relações sociais (Dardot & Laval, 2016, p. 236, 290). No entanto, era preciso ir além e, por isso, foram desenhados outros impulsos que fizeram os agentes agirem de forma racional: “a alavanca do desemprego e da precariedade foi, sem dúvida, um meio poderoso de disciplina, em particular em matéria de taxas de sindicalização e reivindicação salarial” (Dardot & Laval, 2016, p. 236).

Contudo, ainda assim, as raízes da racionalidade neoliberal alicerçaram-se ainda mais a fundo e transformaram ainda mais a maneira como o neossujeito enxergava o mundo a sua volta. De modo geral, a gestão das empresas passa a desenvolver novas práticas, fazendo avaliações quantitativas repetidas de seus assalariados a fim de ter embasamento para objetivos e recompensas individualizados. Portanto, essa orientação

[...] consistiu em inverter o sentido da obediência. Em vez de obedecer aos procedimentos formais e às ordens hierárquicas vindas de cima, os assalariados foram levados a curvar-se às exigências de prazo e qualidade impostas pelo “cliente”, alçado a fonte exclusiva de restrições inelutáveis. Em todo caso, a individualização do desempenho e das gratificações permitiu que a concorrência entre os assalariados fosse dada como um tipo normal de relação dentro da empresa (Dardot & Laval, 2016, p. 226).

Sendo assim, os assalariados assumem para si a competição exacerbada que se encontra entre empresas no mercado. Aos poucos, essa *nova gestão* foi alterando o mercado de trabalho como um todo a partir de uma descentralização das negociações, uma contratualização de relações sociais, imposição de avaliações e padrões de qualidade para obter resultados cada vez mais individualizados. Então, gradativamente as fronteiras entre o dentro e o fora da empresa vão se tornando mais tênues, pois as subcontratações, a autonomização interna da empresa, o crescimento do emprego temporário como recurso de flexibilização e outras armadilhas implementadas pelo caminho vão apagando os contornos entre o interno e o externo e o indivíduo vai se misturando de uma forma perigosa à composição empresarial (Dardot & Laval, 2016, p. 237).

Dentro dessa lógica neoliberal, na qual o indivíduo se encontra nesse ciclo vertiginoso de autoalienação, romper de forma consciente com esse cenário torna-se cada vez mais difícil, pois “o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo” (Mészáros, 2008, p. 59). Ou seja, quebrar com esse parâmetro desumanizante das condições neoliberais, às quais estão sujeitos os indivíduos no capitalismo contemporâneo, depende cada vez mais de uma intervenção consciente a fim de dar um fim, “em todos os níveis da nossa existência social e individual” (Idem, *ibidem*), a essa reificação dos seres humanos imersos em tais condições.

Por outro lado, para garantir que não haja rompimento com a lógica é atribuído ao mercado a responsabilidade de formação e construção desse sujeito neoliberal, o qual será o *homo agens* de Von Mises e Israel Kizner: o sujeito que é ativo, que vai agir não a partir de um cálculo de maximização puro, mas a partir de uma racionalidade que lhe garante pensar a partir de um objetivo de melhorar a situação em que se encontra. Portanto, diferentemente

do que pregavam os clássicos, para a Escola Austríaca, a ação individual tem uma finalidade, o que é essencial para entender a razão que move o indivíduo:

[...] a partir do impulso para realizar essa finalidade, ele não vai trocar aquilo que por acaso tem a mais [...] como supunham os primeiros teóricos da ordem do mercado, mas vai empreender e, ao empreender, vai aprender. Vai estabelecer um plano individual de ação e se lançar em empresas (Dardot & Laval, 2016, p. 140).

Portanto, cabe aqui reforçar o papel do Mercado nesse processo de construção desse empreendedor neoliberal, o qual está bastante distante do empreendedorismo apresentado por Schumpeter, pois ele não será movido pelos saltos de inovação e nem se configura como o capitalista capaz de investir para promover tais movimentos; ao contrário, o indivíduo empreendedor da Escola Austríaca age para melhorar sua própria sorte e, para tanto, se aproveita da diferença entre os preços dos fatores de produção e dos produtos. E, assim, ele desenvolve uma relação consigo mesmo de especulação, numa mistura de risco e previsão: “somos todos empreendedores, ou melhor, todos aprendemos a ser empreendedores. Apenas pelo jogo do mercado nós nos educamos a nos governar como empreendedores” (Dardot & Laval, 2016, p. 146).

Portanto, nota-se que a noção de um autogoverno revela o caminho de subjetivismo que a escola de Von Mises e Hayek implementou. Ademais, é devido a essas situações de mercado impostas frequentemente pelo capitalismo que se garante um aprendizado constante e progressivo ao neossujeito, pois “essa ciência da escolha em situação de concorrência é, na realidade, a teoria do modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado” (Dardot & Laval, 2016, p. 141). A partir dessa lógica, como qualquer outra empresa, o sujeito neoliberal assume tanto os benefícios, como os riscos dessas escolhas e decisões que deve tomar dentro desse ambiente incerto. Ou seja, verifica-se que o *neoliberalismo não é apenas (nem principalmente) uma corrente teórica econômica, mas sim esse conjunto de práticas e discursos* que, seguindo o enfoque de Foucault, “consiste em definir a moldura mais racional no interior da qual os indivíduos se dedicarão a suas atividades consoante com seus planos pessoais” (Trevisol & Almeida, 2019, p. 205, grifos nossos).

No entanto, para haver esse preparo e desenvolvimento nas linhas daquilo que o mercado espera desse indivíduo, é preciso que o sistema educacional apresente estruturas capazes de moldar o sujeito dentro das expectativas mercantis. E, como já apresentado, não cabe mais ao Estado garantir a governabilidade de cada pessoa em particular, no sistema neoliberal os riscos são exclusivos e intransferíveis, ou seja, o sujeito é dono de sua própria sorte, o que eleva os níveis da meritocracia e, por isso, “a justiça nada mais é do que a justa

recompensa do mérito e da habilidade na luta. Os que fracassam devem isso apenas a sua fraqueza e a seu vício” (Dardot & Laval, 2016, p. 55). Portanto, cada um deve buscar a valorização de seu capital humano a fim de se adequar às lógicas do mercado e conseguir ganhar de seus rivais no jogo capitalista contemporâneo.

2. Amarras à educação: a mitigação neoliberal à liberdade

Como todas as esferas sociais, a educação também foi atingida pela avalanche vertiginosa do neoliberalismo. No entanto, o conflito de referências morais é anterior ao cenário neoliberal. Ao retomar as mudanças induzidas pelo fordismo/taylorismo no início do século XX, o qual foi resultado da Segunda Revolução Industrial, é possível compreender que há muito a educação sofre mutações devido a demandas econômicas. O modelo de produção fordista/taylorista gerou impactos importantes sobre a educação e não apenas sobre os indivíduos em particular, com a criação do *sujeito produtor* – que seria posteriormente substituído pelo *sujeito neoliberal* ou *neossujeito*. A começar, nota-se que esse processo inseriu métodos e procedimentos específicos de aprendizado os quais transformaram profundamente o magistério e trouxeram controles da qualidade do ensino conforme a lógica de mercado: o esquema taylorista conduziu aqueles que detêm os métodos corretos para garantir a prática padronizada da ação executiva e de sua mensuração, a se tornarem meros executantes incumbidos de aplicar inovações e realizar esses processos de ensino que passaram a seguir normas, regras e padrões específicos. Portanto, a transmissão do conhecimento nas escolas se transforma numa aplicação infundável de testes e preenchimento de diários de classes (Laval, 2019, p. 203).

Desse modo, a escola tornou-se uma instituição orientada para o mercado e está a serviço da economia, uma vez que houve um movimento de profissionalização do sistema educacional que culminou no esvaziamento da política educacional humanista e na entrada em cena de uma política de preparação (adaptação) para o mercado de trabalho. Essa tendência profissionalizante do ensino “é um dos principais caminhos para a perda de autonomia da escola e da universidade” (Laval, 2019, p. 87). Desse modo, a escola mais eficaz é aquela que consegue desdobrar as qualidades atribuídas ao ensino técnico – por ser esse fortemente ligado ao profissional – a todos os saberes, como a forma padrão geral de ensino. Isso se revela como um paradoxo, uma vez que o ensino técnico em si continua sendo menosprezado e marginalizado (Fauroux, 1996, como citado em Laval, 2019, p. 90). Portanto, a partir disso, torna-se impossível isolar a escola da economia e da lógica neoliberal, o que implica na defesa de que “devemos aceitar que as empresas contribuam para a definição do conteúdo e dos métodos de ensino” (Laval, 2019, p. 91).

Cabe ressaltar que, ao assumir uma postura empresarial, a escola passa a funcionar sob a égide da cultura das empresas e dos valores atribuídos a elas (Trevisol & Almeida, 2019). De acordo com Laval (2019, pp. 124-125, grifos no original):

A escola é obrigada a seguir uma lógica de *marketing*, é convidada a empregar técnicas mercadológicas para atrair a clientela, tem de inovar e esperar um “retorno de imagem” ou financeiro, deve se vender e se posicionar no mercado etc. [...]. A instituição da escola, que até então era entendida como uma necessidade moral e política, tornou-se uma *oferta* interesseira da parte das organizações públicas ou privadas. E se os adeptos desse léxico admitem que essa *oferta* do Estado teve um efeito da atração sobre a demanda em determinadas épocas, consideram que hoje a demanda é o principal fator de qualquer política educacional. [...]. É por essa maneira de falar sem pensar muito no assunto que se inculca nas mentes essa “*market-education*” e se constroem concretamente as “*market-driven schools*”.

Nesse sentido, a partir dos anos 1990, percebe-se que a *doxa* neoliberal no campo da educação já estava bastante avançada e, por isso, sob essa lógica, a instituição escolar deveria oferecer serviços e produtos que visassem à “satisfação de uma demanda de seus clients” (Careil, 1999, como citado em Laval, 2019, p. 39). Sendo assim, a partir dessa nova ordem de funcionamento do sistema educacional, surge uma importante figura dentro desse mercado: o gestor educacional. Quando a lógica neoliberal passa a comandar as estruturas da educação, essa posição última da hierarquia, que pertence ao diretor, passou a fundir ainda mais a educação e os mecanismos empresariais ao assumir um caráter de gestão. Em suma, o gestor educacional é o responsável em buscar resultados, e o faz a partir da aplicação e da vigilância dos métodos e das inovações a fim de garantir o alto nível dos serviços educacionais de sua empresa. Mas, segundo Laval (2019, pp. 272-273), esse repasse de responsabilidades ao diretor faz que ele deixe de ser visto como “a autoridade suprema do estabelecimento escolar em relação ao aluno”, e se apresente como “um mediador que eventualmente defende o aluno contra avaliações dos docentes que sejam consideradas autoritárias demais ou ‘indiferente às diferenças’.”

Com a implosão das estruturas do Estado desenvolvimentista de outrora e a pressão dos novos métodos empresariais na gestão escolar, abriu-se o caminho para essa desregulação do sistema educacional em nome da eficácia. No entanto, ser eficaz não é um fim em si mesmo; ao contrário, é um meio para ganhar a competição dentro desse mercado – e aqui se materializa mais um elemento neoliberal que dominou o campo do ensino: a *concorrência*. Ou seja, ao retirar da esfera pública e entregar a educação para o sistema privado, a competição se torna norma geral, o que culmina em decisões descentralizadas e

um desmonte das práticas coletivas e sindicalizadas por parte dos professores, uma vez que essa conduta “absurda e irracional” apenas enfraqueceria a competitividade da escola em que trabalham (Laval, 2019, pp. 38, 116-118). Portanto “a criação de um mercado da educação gerará descentralização das decisões e dará poder aos diretores, que terão liberdade total para formar uma equipe de profissionais que lhes convenha e assim se livrarão dos sindicatos” (Laval, 2019, pp. 117-118).

Portanto, nota-se que não foi a racionalidade de especialistas e a pressão de exigências democráticas que transformaram a instituição escolar em uma organização empresarial, mas sim os efeitos imperativos da concorrência e da produção. Ou seja, a necessidade de uma produção em massa de capital humano é o que corrói os valores da cultura e da educação como o sentido final do estabelecimento de ensino, e coloca em foco o valor dos produtos dessa organização: o capital humano. Frente a isso, há dois polos pelos quais oscila a educação “moderna”: o primeiro é o aspecto empresarial da produção do qual a escola deveria se aproximar para absorver as características de uma empresa; e o segundo é o aspecto comercial, do qual a escola deveria se aproximar para poder garantir a melhor satisfação da demanda de seus consumidores; ela deve conciliar os interesses das empresas do mercado de trabalho – que garantem o financiamento para que funcionem – e os interesses de seus consumidores, o que não é uma tarefa fácil (Laval, 2019, pp. 295, 299). No entanto, independentemente do ponto de vista da análise, “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos” (Sader, 2008, p. 16).

Portanto, para garantir que consiga flutuar entre os campos de interesse, a organização educacional deve ser eficiente, o que significa apresentar respostas rápidas em um sistema, em que o curto prazo é o tempo que rege as relações. Sendo assim, para que o gestor educacional possa atingir esses objetivos de produção em massa, de construção de capital humano que vai além das técnicas e oferecer os melhores serviços a seus consumidores, é exigida autonomia em relação ao Estado para que o sistema de educação funcione conforme o livre mercado (Laval, 2019, p. 184). Contudo,

apesar da heterogeneidade dos levantamentos sobre os diferentes sistemas escolares, os pesquisadores que tentaram sintetizá-los verificaram uma nítida ausência de correlação entre o grau de autonomia e a eficiência [...] De modo geral, segundo as pesquisas feitas [nos Estados Unidos], não é a autonomia em si que leva à melhoria dos resultados dos alunos, mas o fato de a escola voltar a se concentrar em sua missão principal, a aprendizagem dos saberes (Laval, 2019, p. 187).

No entanto, para a racionalidade neoliberal, a retomada da missão escolar clássica é um elemento que não se encaixa, pois a educação está condicionada a formar o neossujeito. “Essa condição é maior que apenas formar para o mercado de trabalho, pois estamos formando um espírito de um tempo, um novo *ethos*, uma nova cultura, um estilo de vida” (Trevisol & Almeida, 2019, p. 208). Ou seja, construída a partir dos moldes da concorrência e da competição, a razão da ordem neoliberal que rege o capitalismo contemporâneo utiliza-se friamente do discurso de trazer progresso e modernidade ao sistema educacional – ele era ineficiente quando regido pelo poder do Estado – a fim de fazer do ensino “uma estrutura curricular que garante perpetuação e manutenção da racionalidade neoliberal” (Trevisol & Almeida, 2019, p. 208). Com isso, a escola se torna o mecanismo de formação de uma massa de alunos com princípios e valores segundo as normas gerais dessa razão normativa, o que transforma a relação com o saber de todos os indivíduos presentes nesse mercado – pais, alunos e professores – como um campo para se alcançar sucesso no mercado de trabalho.

Desse modo, nota-se que há uma crise de legitimidade cultural, pois a cultura foi forçada a se curvar diante das imposições do utilitarismo social e dos imperativos de lucro e esse cenário levou a uma crise na educação (Laval, 2019, p. 304). Portanto, “os ideais de uma educação republicana, exposta e desenvolvida por Durkheim no livro *Educação e Sociologia*, dão lugar a uma educação restrita, enxuta e homogênea, que reprime experiências formativas além daquelas propostas pelo utilitarismo econômico” (Trevisol & Almeida, 2019, p. 207). Em suma, ao condicionar a concorrência, a competição e a exaltação ao indivíduo como os princípios e fundamentos básicos do sistema educacional em detrimento da democracia, “a escola como empresa torna-se um perigo ao futuro da humanidade. Ao considerar a racionalidade neoliberal como fundamento para a formação do cidadão, colocam-se em ameaça a ética [humanista] e as conquistas sociais” (Trevisol & Almeida, 2019, p. 207), bases fundamentais das sociedades democráticas avançadas. O que leva a compreender que, de forma quase natural e orgânica nesse sistema, as instituições educacionais “tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação no sistema do capital” (Mészáros, 2008, p. 42).

Desse modo, com a forte presença do empresariado dominando e determinando os rumos da educação, é possível perceber como esse importante pilar social se transformou, na verdade, numa engrenagem fundamental para a reprodução do processo de acumulação capitalista e um grave reforçador do sistema de classes e suas injustiças. Ou seja, ao invés de se consolidar como o instrumento capaz de garantir a emancipação humana contra qualquer tipo de alienação, opressão mercantil e intolerância, a educação foi capturada pela lógica da ordem neoliberal e utilizada para perpetuar esse sistema (Sader, 2008, p. 15).

Tendo em mente essa distorção que o sistema educacional sofreu ao longo do processo de desenvolvimento da razão neoliberal, nota-se que a construção de um sujeito crítico deixou de ser uma prioridade para os gestores educacionais e tornou-se um espectro sufocado pelos desejos das empresas e da necessidade de formar trabalhadores que atendam as expectativas do mercado de trabalho. Desse modo, “se o que se deseja é um conjunto de trabalhadores obedientes, tecnicamente treinados para executar projetos de elites que visam ao investimento externo e ao desenvolvimento tecnológico, a liberdade de pensamento dos alunos é perigosa” (Nussbaum, 2015, p. 21). Por isso, torna-se claro que há um cinismo e uma aversão à arte e à cultura e uma reprodução da ignorância em nome da eficácia do mercado, que vai afetar extensivamente a democracia liberal por uma dessimbolização política (Dardot & Laval, 2016, p. 382).

Sendo assim, pode-se entender que a formação desse sujeito acrítico é benéfica para a reprodução e difusão do sistema capitalista, uma vez que isso permite que políticas que reforcem ou – pior – que agravem as desigualdades sociais sejam aplicadas sem questionamentos. Em outras palavras, com a retirada do papel do Estado enquanto protetor e mantenedor último do sistema, e com a culpa por seu próprio status social recaindo sobre o indivíduo, torna-se mais fácil “tratar as pessoas como objetos manipuláveis, [principalmente] se você nunca aprendeu outro modo de enxergá-las” (Nussbaum, 2015, p. 24). Portanto, as escolas que buscam a criação de neossujeitos e não a construção de seres pensantes, tendem a suprimir ou, no mínimo, menosprezar as matérias que visem a ensinar conteúdos que promovam qualquer tipo de reflexão crítica em relação a questões sociais mais amplas, uma vez que as humanidades estimulam o pensamento crítico, o que é indesejado pelo sistema – por exemplo, “os educadores comprometidos com o crescimento econômico não desejam que o estudo de história tenha como foco as injustiças de classes, de casta, de gênero e de filiação étnico-religiosa” (Nussbaum, 2015, p. 21).

No entanto, diferenciar o que é a transmissão de conhecimento como mera reprodução de teste e aplicação de conteúdo repetitivo, da transmissão do conhecimento como construção formativa do indivíduo que está absorvendo aquele conteúdo, é fundamental. Ou seja, “educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades” (Jinkings, 2008, p. 13). Em suma, a educação precisa ser uma ferramenta a serviço da libertação do indivíduo, mas isso não é possível nos moldes que ela foi construída na razão neoliberal, a qual impõe restrições e impedimentos aos indivíduos a fim de atender aos desejos insaciáveis do mercado. “Dessa forma, os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso mover-se em

direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes” (Mészáros, 2008, pp. 58-59).

Nesse sentido, a construção do indivíduo crítico vai além de ensinar a história, a geografia ou qualquer outra matéria das humanidades como uma sequência de fatos básicos e comuns; é preciso que os fatos sejam apresentados como um conhecimento a ser construído junto com os alunos, que o professor se baseie em diferentes fontes e provas que validem suas narrativas e reforcem as nuances dos processos de construção da sociedade em que se vive hoje. Contudo, mais fundamental que essa forma de ensinar, é preciso que haja espaço para os alunos criticarem o que foi aprendido, não no sentido de argumentar com opiniões não-embasadas, mas criticarem no sentido de questionar aquilo que lhe é apresentado em sala de aula, para que não aceitem falas de superiores como certas e inquestionáveis: “quando se estudam história e economia de uma cultura, devem-se fazer perguntas acerca das diferenças de poder e de oportunidade, do lugar das mulheres e das minorias e dos méritos e desvantagens das diferentes estruturas de organização política” (Nussbaum, 2015, p. 89).

Sendo assim, para resgatar a ideia de que a transformação social e o rompimento com a lógica de organização social de cunho neoliberal depende de uma consciência social por parte dos indivíduos, então é preciso que a educação retome sua função original de criação de cidadãos. Não é para criar cidadãos-clientes, trabalhadores adaptados ao mercado ou qualquer outra categoria que o mercado tenta impor como fruto necessário a ser extraído do sistema educacional no neoliberalismo (Nussbaum, 2015, p. 86). Ou seja, para ir contra a lógica construída, faz-se necessário apresentar aos alunos que o mundo pode ser visto através do olhar de diferentes pessoas, que não existe apenas a sua opinião: “o desenvolvimento da compreensão tem sido um elemento fundamental dos principais conceitos recentes sobre educação democrática, tanto nos países ocidentais como nos não ocidentais” (Nussbaum, 2015, p. 96).

Essa ideia de construção de uma visão de mundo compartilhada entre os indivíduos é fundamental, pois a compaixão por aqueles que não lhe são conhecidos não é natural ao ser humano, mas ela se manifesta, fundamentalmente, quando há reconhecimento de si no outro. Quando não há esse reconhecimento, pessoas de um mesmo grupo podem tratar as que parecem diferentes como animais ou objetos.

Resumindo, cultivar a compaixão não é, por si só, suficiente para superar as forças da escravização e da subordinação, uma vez que a própria compaixão pode se tornar uma aliada do nojo e da vergonha, fortalecendo a solidariedade entre as elites e distanciando-as ainda mais dos subordinados (Nussbaum, 2015, p. 39).

Portanto, é preciso ir além: a educação precisa apresentar o ponto de vista das minorias, dar voz aos oprimidos nessa sociedade e formar cidadãos que entendam que há lugares que não são os seus e perspectivas diferentes das suas.

Essa construção do sujeito como cidadão que luta por seus direitos e questiona o sistema em que vive requer que a educação deixe de se restringir ao ambiente formal em que foi concebida, ultrapasse as fronteiras e permeie os ambientes informais da vida. No entanto, como explica Mészáros (2008, p. 55, grifos no original):

Isso não pode ser feito sem desafiar as formas atualmente dominantes de *internalização*, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal. De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda *ex-officio* e *autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida.

Cabe ressaltar também que as humanidades e as artes não garantem esteio formativo apenas para o desenvolvimento de sujeitos críticos e que participam ativamente do processo político democrático na sociedade em que vivem; elas facilitam que a inovação tecnológica e a prosperidade econômica tão almejadas pelos principais líderes nacionais também aconteçam e avancem. Ou seja, uma valorização da formação humanista dos indivíduos não significa uma regressão em áreas da educação técnica; ao contrário, essas também são de importância inegável para o futuro da nação e dependem de uma característica bastante valorizada no meio empresarial que advém das artes e das humanidades: a criatividade para inovação (Nussbaum, 2015, pp. 8, 53). Portanto, “uma educação baseada nas ciências humanas fortalece a capacidade de imaginar e de pensar de forma independente, cruciais para manter uma cultura de inovação bem-sucedida” (Nussbaum, 2015, p. 53).

16

Conclusão

Em muitas sociedades ocidentais, a democracia está atualmente em perigo, em especial, em razão da eleição de governantes identificados com a direita radical, que buscam enfraquecer as instituições sociais responsáveis pela ordem republicana (Levitsky & Ziblatt, 2018). Algumas experiências históricas recentes, inclusive nos Estados Unidos, demonstraram que, ao contrário do que muitos imaginavam, a ordem neoliberal não requer instituições democráticas fortes, mas apenas que o sistema legal funcione corretamente para garantir segurança jurídica. Mas é relevante frisar que um Estado autoritário precisa de legitimidade, e que para tal é necessário ocupar o campo cultural e, em particular, controlar a educação.

A instrumentalização da educação facilita a aceitação de discursos alienantes e, desse modo, torna-se funcional para a dominação política e a manipulação das massas. Daí a importância de propor uma reflexão a respeito da ameaça que a difusão da lógica neoliberal no sistema de educação formal pode representar para a democracia, principalmente em países onde as instituições democráticas são frágeis.

A educação neoliberal sufoca a pedagogia engajada, que poderia agir como libertadora daqueles que a recebem. A disputa pela hegemonia nesse campo tem sido travada intensamente. Muitos educadores têm defendido uma formação humanista capaz de estimular a criatividade e o pensamento crítico. Nas palavras de Hooks (2019, p. 25):

A educação como prática da liberdade é um jeito que qualquer um pode aprender. [...] Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar de modo mais profundo e mais íntimo.

Sendo assim, incluir no currículo apenas aquilo que se considera importante nos dias de hoje – ou seja, aquilo que constrói um indivíduo pronto para enfrentar o mercado de trabalho e assim valorizar seu capital humano – significa basicamente excluir as humanidades e as artes desse processo e colocar fim ao princípio de formação e libertação do indivíduo.

Desprezar as humanidades e as artes é uma maneira eficaz de converter a escola em centro de treinamento. E um sistema educacional focado na produtividade individual pode, em certas circunstâncias, levar os jovens a menosprezar a democracia, dificultando assim a mobilização política para uma mudança social.

Portanto, para entender se um sistema educacional em determinada sociedade é um instrumento que está sendo utilizado em prol da democracia ou em prol da reprodução da ordem neoliberal (na qual prevalece a lógica mercantil) convém “perguntar quão bem ele prepara os jovens para viver numa forma de organização social e política com essas características. Sem o apoio de cidadãos adequadamente educados, nenhuma democracia consegue permanecer estável” (Nussbaum, 2015, p. 11).

Referências

- Brown, W. (2015). *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Zone Books.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Hamann, T. (2009). Neoliberalism, governmentality, and ethics. *Foucault Studies*, (6), 37–59. <https://doi.org/10.22439/fs.v0i0.2471>

Hooks, B. (2019). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes.

Jinkings, I. (2008). Apresentação. In I. Mészáros, *A educação para além do capital* (2a ed., pp. 9-14). Boitempo.

Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo.

Laval, C. (2020). *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Editora Elefante.

Levitsky, S., & Zibblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.

Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital* (2a ed.). Boitempo.

Nussbaum, M. (2015). *Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades*. WMF Martins Fontes.

Sader, E. (2008). Prefácio. I. Mészáros, *A educação para além do capital* (2a ed., pp. 15-18). Boitempo.

Soldera, R. A. (2016). *Fundamentos da ordem mundial do pós-guerra fria*. [Dissertação de Mestrado em História Econômica], Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321675>

Trevisol, M. G., & Almeida, M. (2019). A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. *Revista Educação e Emancipação*, 12(3), 200–222. <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v12n3p200-222>

18

Recebido em 5 de fevereiro de 2021.

Revisado em 13 de setembro de 2021.

Aprovado em 14 de outubro de 2021.